



Redução do preço da energia não será mantida em médio prazo

Arquivo Senge-RJ



■ Para o pesquisador do Ilumina, Roberto D'Araújo, a redução de 20% da tarifa, prometida pela Lei 12.783, não se manterá em médio prazo. Outro problema apontado por ele é o aumento da terceirização no setor elétrico.

Páginas 6 e 7

Ação contra o estado pede a suspensão da licitação de bondes

PÁG. 4

Salário mínimo tem maior valor real das médias anuais

PÁG. 8

Modelo de digitalização do rádio em debate

PÁG. 2

Leilões do petróleo do Pré-Sal prejudicam o país

PÁG. 12

Conheça as propostas da chapa Construir e Avançar

A votação será realizada entre os dias 19 e 21 de março e será a primeira eleição para a diretoria realizada via internet.

PÁG. 3 e 4

Portuários apontam o caminho

Os trabalhadores do setor elétrico brasileiro, frente às recentes medidas adotadas pelo governo federal impondo severas restrições sobre as empresas do grupo Eletrobras, têm que analisar com especial atenção o recente movimento dos portuários. A greve de seis horas que chegou a parar 30 mil trabalhadores de 36 portos espalhados por 12 estados, afetando a produção e impedindo o embarque de grãos para o exterior, obrigou o governo a negociar.

Apesar da greve ter sido declarada ilegal pelo TST, o governo aceitou rever alguns pontos importantes da medida provisória MP- 595 que cria um novo marco regulatório para os portos.

Diante deste importante fato político da conjuntura sindical, o movimento dos trabalhadores do setor elétrico, que começará a planejar suas ações no próximo mês de março aqui no Rio, terá no movimento dos portuários uma referência fundamental. As frequentes articulações das quais o nosso sindicato está participando têm a finalidade de aglutinar entidades e técnicos do setor. Esta é uma condição essencial para lutar contra os efeitos deletérios decorrentes da efetivação da MP-579. Somente uma ampla mobilização dos trabalhadores do setor poderá criar as condições para uma negociação que reduza o desemprego pretendido pelo governo e obrigue as empresas a discutir mudanças no atual modelo do setor, principalmente a péssima gestão levada a efeito por dirigentes com baixa qualificação administrativa e total descompromisso com a coisa pública.

Com atual lei, digitalização não é possível para rádios comunitárias

ARTHUR WILLIAM*

DRM, IBOC, HD Radio, DMB, DAB, ISDB-TSB... a digitalização do rádio parece uma sopa de letrinhas restrita a engenheiros e se arrasta há anos. Em 2012, o Ministério das Comunicações realizou testes e criou um Conselho Consultivo, o que parecia dar um desfecho para a novela. Porém uma série de lacunas, principalmente para as rádios comunitárias, ainda dificulta a decisão por um padrão de rádio digital no Brasil.

1 - Faltam critérios para análise dos testes

A primeira falta é de critérios para a análise dos testes. A Portaria 209 de 2010, que criou o Sistema Brasileiro de Rádio Digital (SBRD), define 14 objetivos do serviço, mas a orientação do ministério é que os testes sejam avaliados levando em conta apenas aspectos técnicos, como alcance e robustez do sinal. Um desperdício de tempo para o Conselho que reúne empresários e movimentos sociais, além de ser um fator que empobrece o debate sobre a importante escolha do rádio digital, a qual deve orientar dezenas de países em suas decisões, como ocorrido no caso da TV Digital e já revelado informalmente por integrantes dos governos do Chile e Angola.

2 - Digitalização impossível para Rádios Comunitárias

A Lei de Rádios Comunitárias (9.612 de 1998) é conservadora e o processo de atualização tecnológica só reforça isto. Como não há permissão para publicidade do comércio local e fundo público para financiamento das rádios,

as comunitárias não têm condições de se digitalizarem. Os equipamentos de transmissão são caros e, sem mecanismos de sustentabilidade, será impossível uma migração tecnológica para essas estações.

3 - Convergência, interatividade e Ondas Curtas

Outras lacunas permanecem existindo, contudo seus esclarecimentos podem definir uma escolha segura entre os dois padrões testados (DRM e HD Radio\IBOC), já que o resultado das análises técnicas mostrou poucas diferenças entre eles.

Será que 2013 vai ser o ano do Rádio Digital no Brasil?

Outro interesse é que o rádio digital possua interatividade como a da TV Digital. O Ginga (middleware responsável pela interatividade na TV) já foi demonstrado em funcionamento com o DRM durante uma reunião do Conselho.

Já o HD Radio\IBOC disse também possuir a capacidade, mas ainda não realizou nenhuma exibição pública.

Será que 2013 vai ser o ano do Rádio Digital no Brasil? A próxima reunião do Conselho Consultivo está marcada para 28 de fevereiro, depois do carnaval. Estamos perto de uma definição, mas sem o esclarecimento dos pontos acima, a escolha poderá não atender a interesses públicos e muito provavelmente resultará na decadência de um dos mais importantes meios de comunicação.

* Arthur William é representante no Brasil da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) e integra o Conselho Consultivo do Rádio Digital.



**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br
imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Bezerra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)
Estagiárias: Marcelle Pacheco e Dayana Antunes
Diagramação: Leonardo Santos
Revisora: Rita Luppi
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 6.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Folha Dirigida

Senge-RJ terá chapa única para as eleições de 2013

Esta será a primeira eleição para a diretoria do sindicato realizada via internet

A chapa “Construir e Avançar” será a única que concorrerá nas eleições para a diretoria colegiada para o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ). O prazo para requerimento de registro se encerrou no dia 5 de fevereiro, tendo somente esta chapa inscrita. O processo foi deferido pela comissão eleitoral.

VIA INTERNET

As eleições serão realizadas entre os dias 19 e 21 março via internet, assim os associados ao Senge-RJ poderão votar em casa ou no local de trabalho. Este sistema foi adotado com a intenção de facilitar o voto dos profissionais.

Para que tudo ocorra da melhor maneira possível, é fundamental que você mantenha seus dados cadastrais atualizados, especialmente os seus endereços eletrônicos (e-mails). Mas, atenção, muitas empresas bloqueiam links em seus e-mails corporativos. Por isso, dê preferência ao cadastramento de e-mails pessoais.

A votação também poderá ser feita pelo modo tradicional, em cédulas de papel. Neste caso, o voto será colhido, exclusivamente, em separado, em urnas instaladas na sede do sindicato e outra na delegacia sindical de Resende.

De acordo com o Capítulo IV, artigos 34 e 35 do estatuto do Senge-RJ, para participar do processo eleitoral, votando ou se candidatando, o sócio deve estar em dia com as suas contribuições sociais. Se você estiver em débito, entre em contato com o Senge-RJ e normalize sua situação.

Veja a composição da chapa “Construir e Avançar”:

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA 2013-2016

De 19 a 31 de março



CHAPA CONSTRUIR E AVANÇAR

DIRETORIA

NOME	EMPRESA
Adalberto Garcia Junior	CET-RIO
Agamenon Rodrigues Eufrazio Oliveira	CEPEL
Alcebiades Fonseca	RIOTRILHOS
Carlos Alberto da Cruz	LIGHT SESA
Clayton Guimarães do Vabo	LIGHT SESA
Clovis Francisco do Nascimento Filho	CEDAE
Eduardo Ramos Duarte	ELETOBRAS
Fernando de Carvalho Turino	CEF
Flavio Ribeiro Ramos	COMLURB
Gunter de Moura Angelkorte	ELETRONUCLEAR
Jorge Antonio da Silva	CREA-RJ
Jorge Mendes Vieira de Carvalho	FURNAS
Jorge Saraiva da Rocha	CENTRAL
José Amaro Barcelos Lima	AMPLA
José Stelberto Porto Soares	Prefeitura do Rio
Julio Cezar Augusto de Carvalho	NUCLEP EQUIPAMENTOS
Lusia Maria de Oliveira	FURNAS
Marco Antonio Barbosa	INEA
Maria Virginia Martins Brandão	ELETRONUCLEAR
Miguel Santos Leite Sampaio	FURNAS
Olimpio Alves dos Santos	AMPLA
Paulo Cesar Nayfeld Granja	CENTRAL
Paulo Cesar Quintanhilha	CEDAE
Victor Marchesini Ferreira	PETROBRAS

CALENDÁRIO DA ELEIÇÃO

Evento	Período
Eleições	19/03/2013 a 21/03/2013
Divulgação dos Resultados	22/03/2013
Recursos	25/03/2013 a 27/03/2013

CHAPA CONSTRUIR E AVANÇAR - CONSELHO FISCAL

TITULARES	
Luiz Antônio Cosenza	CBTU
Rubem Corveto	CEF
Nei Rodrigues Beserra	LIGHT

SUPLENTE	
Sonia Rodrigues	CBTU
Antônio Carlos Soares Pereira	CENTRAL
Antônio Gérson Ferreira de Carvalho	CEG

Programa da Chapa Construir e Avançar

1 AS CONJUNTURAS: ECONÔMICA, POLÍTICA E SINDICAL

■ Enquanto os países centrais, principalmente os europeus se debatem com enormes dificuldades em sair da crise sem nenhuma perspectiva de fazê-lo no curto e médio prazo, com altos níveis de desemprego, o Brasil atravessa um período de baixíssimos níveis de desemprego, com alguma pressão inflacionária, mas também baixíssimo crescimento. As dificuldades em imprimir um ritmo mais acelerado à economia esbarram em problemas estruturais graves na infraestrutura, baixa produtividade e in-

suficiência de investimentos. Somente o crescimento da demanda e o consumo das famílias tem se mostrado insuficientes para colocar o país em patamares maiores de crescimento econômico.

Do ponto de vista político, nosso sistema representativo continua sendo dominado pelas oligarquias a despeito do surgimento de uma nova geração de políticos. Os novos políticos, continuam a operar no interior dos velhos espaços e dos velhos métodos de fazer política. Neste sentido, é simbólico que as duas

casas legislativas tenham sido entregues a dois legítimos representantes desses sistemas políticos do passado, obviamente, devidamente repaginados e exteriormente recauchutados. Isto significa um rebaixamento geral da política em todos os níveis. O movimento sindical, em face de uma política econômica que beira o pleno emprego e com os ganhos reais de salários dos anos anteriores entrou em compasso de espera. Acrescente-se a isto a baixa renovação das direções sindicais e a formação de

uma burocracia sindical com baixíssima criatividade e imaginação política. Neste cenário, tem sido frequente, face às dificuldades em acertar o passo da economia, assistirmos a uma grande movimentação do governo secundado por setores do empresariado no sentido de diminuir seus custos de produção, chegando ao extremo de desenterrar a malfadada reforma trabalhista, último refúgio da desfaçatez e que tem soado como uma provocação em qualquer ouvido de sindicalista.

2 O SENGE/RJ, AS LUTAS GERAIS E AS LUTAS DA CATEGORIA

■ O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, ciente de seus compromissos com o aprofundamento das lutas democráticas do país e com os embates da categoria dos engenheiros, face às significativas mudanças ocorridas no setor elétrico brasileiro, tem pela frente o desafio no sentido de uma ampla mobilização dos eletricitários, pela manutenção das empresas estatais: Eletrobras, Furnas, Eletronuclear e Celpel, como fatores de desenvolvimento do Brasil e do Estado e, principalmente, pela manutenção de níveis compatíveis de emprego nessas empresas.

A drástica restrição na arrecadação dessas empresas promovida pelo atual governo, com a finalidade de diminuir o preço da tarifa, objetivo este com o qual concordamos, vai na contramão da solução e do enfrentamento dos sérios problemas estruturais do setor, especialmente quanto ao modelo de compra e venda no mercado livre de energia, este, sim, que poderia representar, de fato, um real fator de distribuição de renda, representa, no nosso entendimento, o principal obstáculo para a redução efetiva da tarifa. É preciso, também, o enfrentamento dos problemas da infraestrutura brasileira, ampliando-a e colocando-a à disposição e acessível à toda a população brasileira. Entendemos que o Senge/RJ, juntamente com a CUT, Central Sindical a qual somos filiados, e outras

entidades da sociedade civil, deve promover os debates sobre esses temas, com o objetivo de produzir propostas para esses setores.

Dentro deste contexto, vemos com muita preocupação a sobrevivência, no médio prazo, dos fundos de pensão das empresas estatais, além de outros entulhos da visão neoliberal e que continuam a ameaçar e restringir a aposentadoria dos trabalhadores. Assim, o famigerado “fator previdenciário” continua a ser um escárnio e um aviltante constrangimento a pesar sobre nossas cabeças.

Se o sistema político brasileiro pouco se modernizou após a redemocratização e ainda é apropriado por grupos de oligarcas, os meios de comunicação, além de oligopolistas, fazem da manipulação e da desinformação do cidadão sua razão de ser. O SENGE/RJ está disposto, juntamente com a sociedade brasileira, a lutar pela democratização dos meios de comunicação, incentivar todas as iniciativas populares no campo das comunicações, no sentido de encontrar um caminho no qual a informação chegue ao cidadão brasileiro sob diferentes pontos de vista e onde todas as correntes de opinião possam se expressar livremente sem os “pseudoconsensos” e a ditadura do “pensamento único”.

Outro motivo de nossas preocupações e ações políticas será o acompa-

nhamento das diversas políticas e das obras públicas, em especial aquelas que fazem do nosso estado o epicentro das atenções e de uma ampla mobilização dos governos federal, estadual e municipal com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Nos diversos fóruns especializados dos quais participamos e nos nossos órgãos de comunicação defenderemos os direitos das populações mais pobres e desassistidas contra o poder avassalador da especulação imobiliária, bem como contra toda e qualquer política de remoção.

Finalmente, devido sua importância estratégica, as questões relacionadas com a educação dos cidadãos, em última instância, representam uma questão democrática fundamental e como tal daremos especial atenção a ela. Além disso, a formação dos engenheiros continuará a ser uma de nossas maiores preocupações e motivo de estratégias específicas de nossa atuação. Esta, associada a outras políticas econômicas e educacionais gerais, significam formas fundamentais de operar uma profunda transformação no panorama científico e tecnológico brasileiro, no sentido de dotar o país de uma infraestrutura moderna, com altos índices de produtividade, com possibilidade de mudar nossa pauta de exportações, aumentando o peso dos produtos de alto valor agregado.

3 A MODERNIZAÇÃO DE NOSSAS INSTALAÇÕES E OS NOVOS SERVIÇOS OFERECIDOS

■ Até abril deste ano, entregaremos as novas instalações do Senge/RJ a todos os associados. Com isto, poderemos atender os nossos associados com maior conforto e será possível oferecer novos cursos aos engenheiros, promover mais encontros e seminários, enfim, aumentar nossa capacidade de fazer política voltada para nossos associados e em sintonia com as lutas democráticas do povo brasileiro. Isto também possibilitará a construção de uma agenda cultural constituída por ciclos de debates, um cineclube que atraia outros segmentos da sociedade que ainda não frequentam o SENGE, exposições de fotografias ou de pintura, enfim a transformação do espaço do SENGE em um espaço também cultural que se entrelace com o espaço político enriquecendo-o e transformando-o.

Quanto à assistência jurídica, continuamos firmes em oferecer, nas diversas áreas do direito, a melhor qualidade a um custo reduzido. Quanto às Negociações Coletivas, pretendemos ampliar o leque de empresas e setores, além daquelas com as quais já negociamos, isso sem abrir mão da alta qualidade, para esse fim, da assessoria técnica da Sub-Seção do DIEESE no Senge/RJ. Além disso, a partir de convênio firmado com a Mutua/RJ, pretendemos ampliar, e muito, toda a rede de serviços e convênios (mantidos pela Mutua, em todo o Brasil) e que estarão disponíveis a todos os sócios do Senge/RJ, sem custo adicional.

Diretor da AMAST entra com a ação popular

Processo contra o estado pede a suspensão da licitação dos novos bondes

O diretor da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast), Álvaro Braga, entrou com uma ação popular contra o estado do Rio de Janeiro, pedindo a suspensão da licitação e do contrato para aquisição de 14 novos bondes, para Santa Teresa.

A ação, que conta com o apoio jurídico do Senge-RJ, pede ainda que seja anulado o eventual contrato firmado com a empresa TTrans, que ganhou, em 2005, a licitação para a compra dos novos bondes. Além disso, o processo também pede que seja elaborado um projeto básico antes da realização da licitação.

O objetivo é elaborar um meio de transporte para Santa Teresa que respeite as particularidades do bairro, a necessidade dos moradores e o valor histórico dos antigos bondes, considerados patrimônios culturais do Rio de Janeiro.

“Qual é o modelo de bonde? Será que ele será seguro para o transporte de passageiros? A expe-

riência recente com os mesmos autores indica que as respostas para as indagações em destaque serão negativas”, afirma a ação, que também diz que é “evidente a lesão ao patrimônio público”.

A TTrans ganhou a licitação em 2005, no valor de R\$ 14 milhões, para a construção de 14 bondes, mas entregou sete, apenas dois anos depois. Uma professora morreu em um acidente com um bonde recém reformado e próprio governador Sérgio Cabral retirou esses veículos de circulação por falta de segurança.

FALTA DE PROJETO BÁSICO

O Senge-RJ já havia denunciado a falta de um projeto básico adequado para o processo de licitação que a TTrans ganhou. O artigo 7º da Lei 8.666/93, define que, para um complexo de obras e serviços serem executados, é fundamental a apresentação de um projeto básico ou a contratação de uma empresa, mediante licitação,



Moradores do bairro de Santa Teresa protestam em favor do bonde tradicional

para desenvolvê-lo de modo que suas características básicas e desempenho desejado estejam adequadamente definidos.

De acordo com o documento apresentado pelos engenheiros, “o governo do estado está cometendo o mesmo erro de cinco anos atrás, quando realizou a ‘moder-

nização’ do sistema de bondes do bairro. Além disso, os engenheiros defendem também que, antes de mais nada, deve-se analisar o que aconteceu com os sete bondes, modernizados em 2005 pela própria TTrans e que foram retirados de operação e proibidos de circular por falta de segurança.

Alunos do CEFET-RJ reclamam a falta de professores

Eles questionam sua transformação em IFET e pedem que o centro de ensino vire uma universidade

Eles questionam sua transformação em IFET e pedem que o centro de ensino vire uma universidade

O projeto do Ministério da Cultura (MEC) visa transformar o CEFET-RJ em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Os alunos e professores questionam a proposta do governo e pedem que o centro de ensino vire universidade, para que tenha maior autonomia na contratação de mestres.

Segundo uma carta aberta, divulgada pelos manifestantes, a ação “forçaria o fechamento de boa parte dos atuais cursos de graduação tecnológica e industrial, que são referência no cenário nacional, em detrimento de cursos de licenciatura”.

RETROCESSO

Por lei, todo IFET deve reservar 20% das vagas para Licenciatura. Para atender à determinação, o CEFET-RJ teria que fechar parte da Graduação em Engenharia, além de carreiras técnicas. Hoje, há 5 mil vagas no Ensino Superior. “Seria um retrocesso”, avalia o diretor-geral do CEFET-RJ, Carlos Henrique Alves.

O diretor-geral explica que, hoje, o CEFET-RJ não tem Banco de Professores Equivalentes. Ou seja, uma espécie de reserva permanente de mestres acionada cada vez que há aposentadorias ou licenças. “Quando isso acontece, temos de fazer concurso, o que demora muito,

pois dependemos de autorização do MEC”, explica Alves.

O diretor de Desenvolvimento de Rede da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Aléssio Trindade, disse que o diálogo está aberto. “Poderemos flexibilizar as regras sobre os 20% de vagas para licenciatura, já que no Rio outras instituições oferecem o curso”, sinalizou. Entretanto, afirma que “não pretendemos transformar o centro de ensino em universidade”.

AUTONOMIA

O professor Henrique Alves explica que o MEC não aceita transformar o CEFET em universidade

e insiste no IFET alegando que a mudança poderia reduzir a oferta de cursos técnicos. “Liberaram 90 professores temporários, mas a necessidade é de contratos permanentes. Nós queremos autonomia”, contrapôs Alves.

O professor acredita que se o Cefet fosse elevado à universidade, o banco seria criado. Isto resolveria o problema do curso de Eletrotécnica. Neste semestre, seis matérias estão sem professores, já que alguns estão se aposentando. “Bate uma preocupação”, disse o estudante Alex Asth, 22 anos. “O Cefet sempre teve credibilidade nas empresas e a qualidade não pode cair”, completou.

Nova lei do setor elétrico não reduzirá a conta de luz

Energia • Para o engenheiro e pesquisador do Ilumina, a redução de 20% prometida pela Lei 12.783 não se manterá a médio prazo e ainda prejudicará os trabalhadores

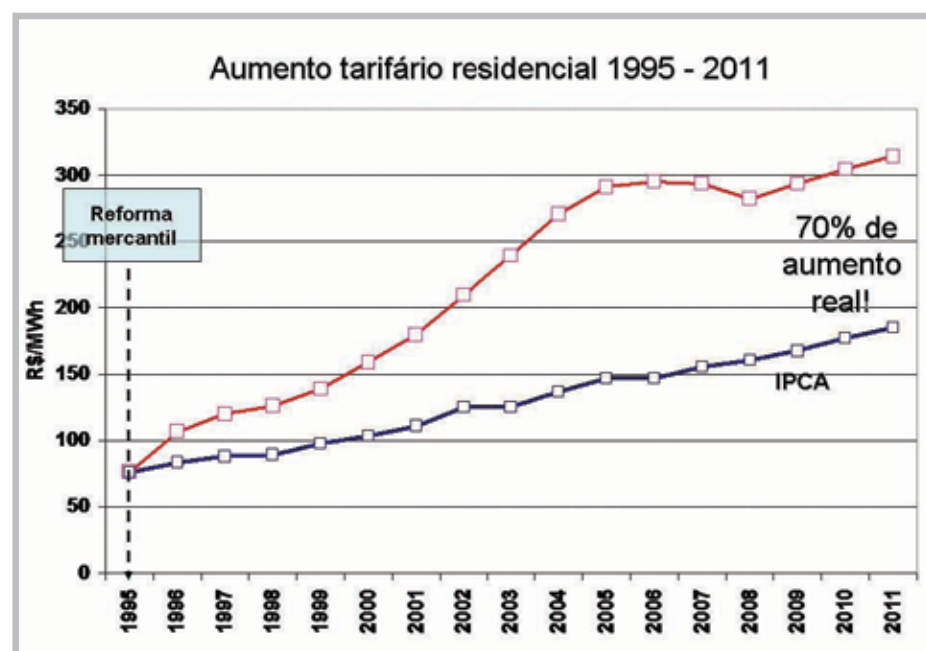
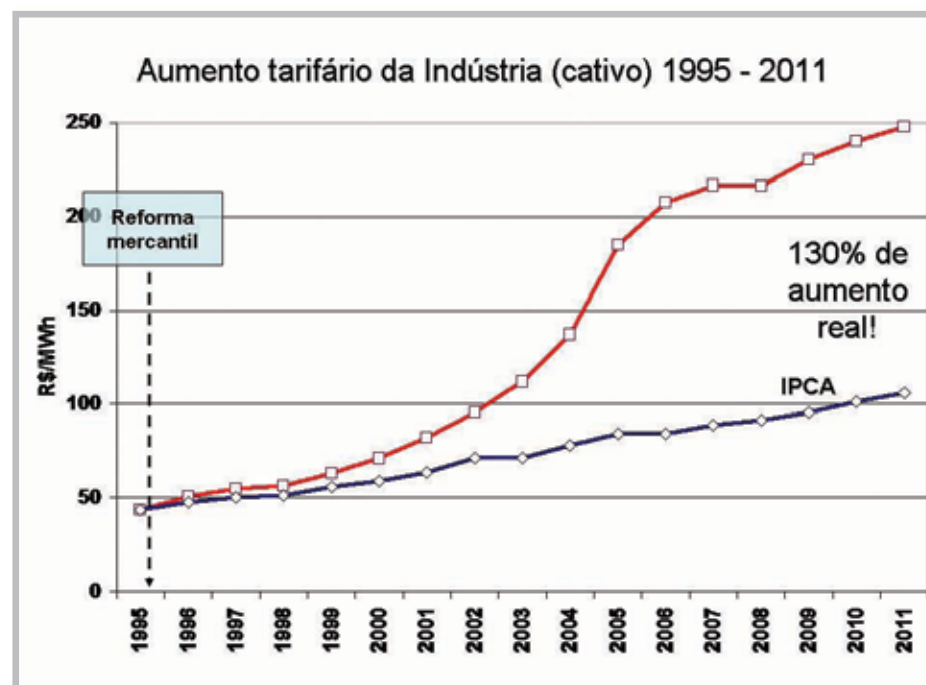
A Lei 12.783/2013 não reduzirá a conta de luz, afirma o engenheiro e pesquisador do Instituto Ilumina, Roberto D'Araújo. Para ele, a proposta de reduzir a tarifa de energia elétrica não se manterá em médio prazo.

A redução seria de 16% para os consumidores residenciais e de 28% para os industriais, sendo 20% em média. A lei foi escrita com base na Medida Provisória 579, divulgada pela presidenta Dilma Rousseff em setembro de 2012.

D'Araújo explica que fatores externos já estão "esvaindo" essa redução. É o caso do aumento de 11% nas contas de luz implementado por distribuidoras, como a Light. O aumento da Light foi autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O aumento é anual e está previsto no 3º Ciclo de Revisão Tarifária, feito em 2010. Ele foi calculado com base em índices como o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e Fator X, que são fixados pela própria Aneel para analisar os custos da empresa e regular o preço da tarifa. O Ciclo de Revisão Tarifária ocorre a cada três anos.

"A Light já teve um aumento de 11%. Calculo que vamos ter que pagar 3% a mais, em função das térmicas. Então, se deduz que a redução foi só 6%", critica D'Araújo.

Entre 1995 e 2011, a tarifa de energia elétrica residencial teve um aumento real de 70%, ou seja, acima da inflação medida nesse período. Para a indústria, essa variação foi de 130% a mais que a inflação.



Os gráficos fornecidos pelo ILLUMINA indicam o aumento das tarifas a partir de 1995

USO DE DINHEIRO PÚBLICO

Para o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Agamenon Oliveira, essa redução será "artificial". Isto porque, o governo deve injetar uma quantidade fabulosa, que inicialmente era de 9 bilhões de reais, mas que a cada dia aumenta, vindos do Tesouro Nacional. Esse dinheiro será usado para suprir a retirada dos encargos, que deixarão de ser cobrados. Um exemplo é a Conta de Desenvolvimento Energético (CDG), que financia projetos como o Luz Para Todos. Hoje, este encargo está embutido na conta de luz de todos os brasileiros.

No entanto, Agamenon alerta que a população brasileira pagará esta conta na forma de impostos. "Como no Brasil quem paga mais imposto é a população mais pobre, o que o governo fez foi diminuir o preço da tarifa por um lado e aumentar a carga de impostos por outro", afirma.

O diretor explica que a maior parte desses impostos é paga na hora do consumo. Isso porque todos os produtos, do carro ao tomate, têm impostos embutidos. "O imposto sobre o consumo pesa muito mais do que imposto sobre a renda, aquele que pagamos anualmente", explica.

MODELO DO SETOR

Agamenon destaca que "as verdadeiras causas que fizeram a tarifa atingir valores astronômicos não sofreram mudança". A nova lei não modifica as regras do atual modelo do setor elétrico.

O diretor explica que um dos principais problemas deste modelo é que a tarifa está baseada no preço de mercado. Sendo assim, a energia elétrica se torna um produto com o qual se pode especular livremente.

Lei aumentará a terceirização do setor elétrico

A redução do número de funcionários e o aumento da terceirização são outros problemas decorrentes da Lei 12.783/2013, apontados pelo pesquisador do Ilumina, Roberto D'Araújo.

“Qual é a empresa no mundo que consegue suportar uma redução da receita de 70% sem diminuir sua capacidade de trabalho?”, disse ele, citando o exemplo de Furnas, que perderá cerca de 70% de sua receita.

A empresa divulgou que saíram 1.700 funcionários aposentados através do programa de demissão voluntária, o chamado PREQ. O objetivo seria reduzir o quadro de empregados em até 28% até julho deste ano.

“O impacto é enorme, por serem pessoas mais velhas, mas que poderiam continuar trabalhando, mas pelo desânimo vão embora. Há uma ilusão de, como existe uma aposentadoria paga pela Fundação Real Grandeza que tem uma participação de Furnas, que a mesma não será atingida; então eu coloco meu pijama e fico numa boa. Se a empresa vai diminuir de tamanho da ordem de 70%, alguma hora vai acontecer um problema com a fun-

ção. Esses funcionários não serão repostos”, completa.

“Pra ficar bem claro pra todo mundo: imagine alguém que ganhe R\$1000 de salário; de repente, ela descobre que vai ganhar só R\$300. E você vai ter a mesma obrigação que você tinha antes”, explica D'Araújo.

TRABALHADORES NA “CORDA BAMBA”

“Qual foi a política de pessoal dos últimos anos? Uma enorme terceirização. Tanto é que você tem pessoas terceirizadas que estão ocupando o cargo de chefia, tem chefe de subestação terceirizado”, critica D'Araújo.

O pesquisador comenta que umas das principais consequências da terceirização é a chamada “perda de memória técnica”. “Por exemplo, falta luz em casa, eu falava com uma pessoa e não com computador, e quem iria atender era sempre o mesmo senhor com a sua equipe. Hoje, pergunta o código de cliente, pergunta referência, até porque não sabe a equipe que vai atender, provavelmente, eles não conhecem muito bem a área”, explica.

“Imagine alguém que ganhe R\$1000 de salário, de repente, ela descobre que vai ganhar só R\$300. E você vai ter a mesma obrigação que você tinha antes”.

Roberto D'Araújo, diretor do Ilumina



Engenheiro Roberto D'Araújo, pesquisador do ILUMINA

Estatais perdem capacidade e desviam sua função

Na prática, as novas regras irão transformar as grandes estatais do setor elétrico em meras administradoras das usinas. Segundo Agamenon Oliveira, o papel histórico destas empresas deveria ser o de promover o desenvolvimento e atender as demandas sociais do país.

O diretor do Senge-RJ ressalta que as estatais devem permanecer com sua capacidade de projetar, construir, manter e operar as usinas. “As empresas estatais brasileiras garantiram, historicamente, a expansão energética do Brasil. Agora elas correm o risco de serem desmontadas. Terá valido a pena esta redução? É o que veremos”, questiona Agamenon.

Segundo o pesquisador e engenheiro Agenor de Oliveira, a Eletrobras terá uma perda de mais 8 bilhões de reais. A empresa teria à disposição 12.435,3 milhões. Com a MP 579, esse valor cairá para 3.732,9 milhões de reais. Isso

representa uma diferença de 8.702,4 milhões ou 70% do total da receita.

O engenheiro Roberto D'Araújo lembra que o sistema elétrico brasileiro é respeitado em todo mundo. “A Itaipu ainda é a maior usina do mundo, o sistema dela é super moderno. Tem um sistema que liga o Canadá à Califórnia que é no mesmo padrão. Vamos perder isso tudo”, critica D'Araújo.

Roberto lembra que, quando fez um curso de pós-graduação no Canadá, foi recebido por engenheiros sêniores que queriam conhecer a experiência na construção de Itaipu. Na época, D'Araújo tinha apenas trinta anos e afirma ter ficado impressionado com o interesse e o respeito que eles demonstraram com o sistema brasileiro.

Confira a entrevista com Roberto D'Araújo no site do Senge-RJ:

www.sengerj.org.br

Quadro 5 - Nova Receita – R\$/milhões

Empresas	Ativos Afetados	Atual	MP579	Diferença	Redução
Chesf	Geração	5.015,0	1.077,9	-3.937,1	-78,5%
	Transmissão	1.438,0	590,6	-847,4	-58,9%
	Total	6.453,0	1.668,5	-4.784,5	-74,1%
Furnas	Geração	1.626,9	596,7	-1.030,2	-63,3%
	Transmissão	2.247,2	694,0	-1.553,2	-69,1%
	Total	3.874,1	1.290,7	-2.583,4	-66,7%
Eletronorte	Geração	56,0	18,4	-37,6	-67,2%
	Transmissão	1.156,0	307,8	-848,2	-73,4%
	Total	1.212,0	326,2	-885,8	-73,1%
Eletrosul	Transmissão	896,2	447,5	-448,7	-50,1%
Impacto	Geração	6.697,9	1.693,0	-5.004,9	-74,7%
	Transmissão	5.737,4	2.039,9	-7.777,3	-64,4%
Total		12.435,3*	3.732,9**	-8.702,4	-70,0%

* Valor do Regime anterior à MP-579 válido até o término das concessões

** É o valor bse, válido por 30 anos conforme MP-570

Média da redução prevista na lei: - 20 ▶ Aumento da Light: + 11% ▶ Previsão de aumento em função das térmicas: + 3% ▶ Total da redução: + 6%

O longo percurso de recuperação do valor do salário mínimo nacional

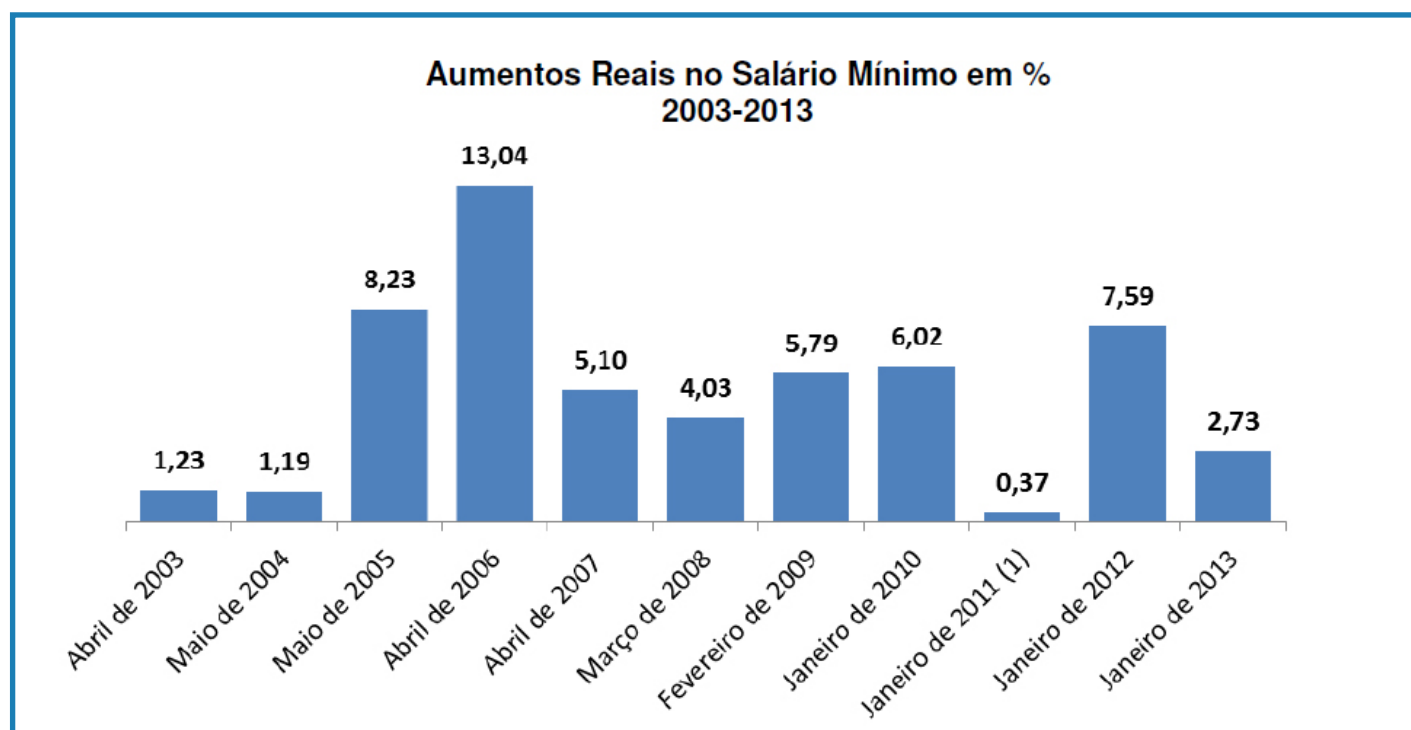
Salário mínimo de 2013 apresenta maior valor real da série das médias anuais, desde 1984. Ainda assim, há um longo caminho até que este valor supra as necessidades do trabalhador e sua família, conforme determina a Constituição.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o valor do salário mínimo corresponde a R\$ 678,00, o que representa um aumento de 9,00%, frente aos R\$ 622,00 em vigor durante 2012. O novo valor corresponde à aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo, que estabelece como regra de reajuste para piso nacional a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores mais a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento de 2,73% do PIB brasileiro em 2011, em composição com uma taxa de inflação de 6,20%, gerou o percentual de reajuste que elevou o valor do salário mínimo para R\$ 678,00, em cumprimento das regras da política de valorização de longo prazo do salário mínimo.

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de fortalecer, junto ao poder Executivo e Legislativo, a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo.

Como resultado destas negociações provocadas pela campanha unitária das Centrais Sindicais brasileiras junto aos poderes Executivo e Legislativo, em 2007, foi acordada uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Posteriormente, este acordo passa a ser definido pela Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Com a aplicação desta política, o valor de R\$ 678,00, em vigor desde janeiro, consolida o acúmulo de 70,49% de ganho real



Elaboração: DIEESE

sobre o valor do piso nacional legal vigente em 2002.

Estima-se que 45,5 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, o que faz com que o incremento de renda na economia deva ser de R\$ 32,7 bilhões. Ao mesmo tempo, deve ocorrer um incremento anual de R\$ 15,9 bilhões na arrecadação tributária sobre o consumo.

No que se refere às contas da Previdência, o peso relativo da massa de benefícios equivalentes a um salário mínimo é de 48,5% e corresponde a 69,6% do total de beneficiários. O acréscimo de cada R\$ 1,00 no salário mínimo tem um impacto estimado de R\$ 269,4 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social. Assim, o aumento para R\$ 678,00 (variação de R\$ 56,00) significará custo adicional

ao ano de cerca de R\$ 15,0 bilhões.

Com o valor do salário mínimo em R\$ 678,00 e, tendo em vista, a cesta básica de janeiro estimada em R\$ 300,00 (cesta básica calculada pelo DIEESE, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário), o salário mínimo terá um poder de compra equivalente a 2,26 cestas básicas. Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual, e da cesta básica anual verifica-se que a quantidade de 2,26 Cestas Básicas é a maior registrada desde 1979.

Considerando a série histórica do salário mínimo e trazendo os valores médios anuais para reais de 1º de janeiro de 2013 (deflacionados por projeção do ICV - estrato inferior), o valor de R\$ 678,00, em 1º de janeiro de 2013, será o maior va-

lor real da série das médias anuais, desde 1984. Apesar disso, convém lembrar que o valor real médio do salário mínimo, em 1984, equivalia a R\$ 635,38, ao passo que, em 1983, havia atingido R\$ R\$ 689,04. O que indica estarmos avançando no sentido de uma longa recuperação de um patamar que se encontrava no início da primeira década perdida da economia brasileira, restando muito a caminhar no sentido de tornar-se um patamar mínimo aceitável de remuneração do trabalho em nosso país.

i Este texto faz um resumo atualizado da Nota Técnica nº 118, publicada em dezembro de 2012 pelo DIEESE. Para ler a versão integral acesse o endereço eletrônico <http://dieese.org.br/notatecnica/notaTec-118salarioMinimo2013.pdf>

Confira a entrevista com Maria da Penha

Mês das mulheres ▪ Esta mulher lutadora deu nome a lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar

Fonte: Fisenge

Maria da Penha sofreu durante anos atos de violência de seu companheiro e duas tentativas de homicídio. Na primeira vez, ele atirou simulando um assalto e, na segunda, tentou eletrocutá-la. Por conta das agressões sofridas, ela ficou paraplégica.

Nove anos depois, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão, mas foi solto depois de dois anos de prisão. O episódio chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e foi considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. Hoje, Maria da Penha dá nome à lei 11.340, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Fisenge: A reforma do Código Penal prevê uma proposta que altera as penas instituídas pela Lei Maria da Penha, representando um verdadeiro retrocesso nos direitos das mulheres, uma vez que a lei aumentou o número de denúncias. A avaliação dos que estão a favor das mudanças no Código Penal é de que a prisão não resolve, considerando precário o sistema penal no Brasil. No entanto, não atribuir prisão à agressão familiar e doméstica, não seria desconsiderar o ato como crime? Qual a sua avaliação sobre esta proposta?

Maria da Penha: Certamente. Agora temos a referência de uma das leis mais avançadas da legislação brasileira, porém sabemos que muitos operadores de direito insistem em fazer “interpretações” da Lei de acordo com suas inclinações pessoais e uma anterior formação acadêmica preconceituosa. Hoje, minha grande luta é para que haja uma uniformização na aplicação da Lei Maria da Penha para evitar que o viés machista da nossa cultura interfira na aplicação correta da Lei Maria da Penha. Sabemos que, qualquer mudança legislativa ou não, para ser corretamente aplicada exige durante um razoável espaço de tempo, investimentos em educação e criação de políticas públicas para atingir os objetivos a que se propõe. No caso específico da Lei Maria da Penha existe uma maior resistência de alguns dos operadores envolvidos, pois trata de uma ação afirmativa que veio para corrigir uma injustiça histórica no tratamento da mulher em nossa sociedade. Hoje não precisamos mais aguentar caladas, por anos a fio a violência sofrida dentro do nosso próprio lar.

Confira a entrevista completa no site do Senge-RJ:
www.sengerj.org.br

Novos convênios do Senge beneficiam engenheiros

Os sócios terão desconto de 20% nas compras feitas à vista na loja de móveis Itálinea Mégaron. A loja fica na Rua Jardim Botânico, 67, loja C, no Humaitá.

O outro convênio é com a Cartório Postal. A empresa atua na assessoria e consultoria para obtenção de documentos em diversas áreas. Os engenheiros têm 12% de desconto em todos os serviços constantes no portfólio de produtos da empresa.

Para usufruir das vantagens, o engenheiro deverá apresentar o documento de identidade, comprovando que é associado ao Senge-RJ e que está em dia com as mensalidades.

Os engenheiros associados ao Senge-RJ também possuem descontos de 40 a 60% em sete cursos oferecidos pela HCT Treinamento. As aulas serão ministradas no Centro do Rio, no 1º semestre de 2013.

CONFIRA ALGUNS DOS CURSOS OFERECIDOS NA SEDE DO SINDICATO

- ✓ **Planejamento e controle da produção para construção civil:** entre os dias 9 e 23 de março, aos sábados, das 9h às 16h. A carga horária total é de 18 horas.
- ✓ **Gerenciamento de projetos de engenharia:** às segundas, quartas e sextas-feiras, das 19h às 22h, de 11 de março a 01º de abril. A carga horária total é de 36 horas.

• Para conhecer outros cursos e convênios, acesse o site www.sengerj.org.br



■ PELAS EMPRESAS

EMATER

Senge-RJ convoca para assembleia da Emater-Rio

■ O Senge-RJ convoca todos os engenheiros da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio) para a Assembleia Geral Extraordinária. A reunião será realizada no dia 26 de março, às 13h, na sede da Associação de Funcionários da Emater-Rio (Aferj). O objetivo é aprovar a pauta de reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2013/2014. A Aferj fica na Alameda São Boaventura, 770, sala 37, Fonseca, em Niterói.

EPE

Trabalhadores da EPE aprovam banco de horas

■ Os trabalhadores da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) aprovaram a contraproposta para o banco de horas. Dentre as principais mudanças está o

aumento das horas faltosas compensadas através do banco. No novo acordo, os trabalhadores poderão compensar até dez horas por mês, sem precisar da autorização da gerência. Atualmente, eles têm cinco horas por mês de falta que podem ser lançadas a débito no banco de horas.

EPE2

Outros pontos do novo banco de horas:

- Antecipação do horário flexível em 30 min (07h30) na entrada.
- Lançamento de crédito acima das 32 h no banco de horas - quando solicitado pelo superior direto, desde que previamente autorizado pela diretoria, havendo três meses para gozar de tais horas;
- Vigência contínua das horas de créditos ou débitos para os próximos ACTs.
- Calendário anual de compensação a ser divulgado até 31 de janeiro.

Trabalhadores da CET-Rio aprovam pauta do ACT

Principais reivindicações são o Salário Mínimo Profissional e o PCCS

Os trabalhadores da CET-Rio aprovaram, por unanimidade, a pauta de reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Participaram da mesa os representantes sindicais do Senge-RJ na empresa, Ely Emerson e Vera Bacelar, e a advogada Daniele Gabrich.

Ely Emerson, destaca que as principais cláusulas do ACT são as referentes ao pagamento do Salário Mínimo Profissional (SMP) e à implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

“O nosso PCCS não foi implementado ainda porque o ACT do ano passado não foi assinado. Por isso, pedimos novamente nesse acordo”, explica Emerson.

O ACT 2012/2013 não foi assinado porque a proposta en-

viada pela empresa estabelecia que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) seria implementado a partir de setembro deste ano, “zerando eventuais avaliações anteriores não implementadas.”

Em assembleia realizada no Senge-RJ na época, o diretor de negociações coletivas do sindicato, Gunter de Moura Angelkorte, e a advogada Daniele Gabrich explicaram por que a cláusula não poderia ser assinada pelo Senge-RJ. Segundo eles, ela expressa “renúncia de direitos”, porque anularia as avaliações anteriores que ainda não foram pagas. Daniele destacou ainda que isso prejudicaria as ações que os trabalhadores movem contra a CET-Rio na luta pelo PCCS.

Mudança nas datas

O representante sindical do Senge-RJ também destaca a mudança na validade do acordo coletivo, que deixou de ser 2013/2014 para ser 2012/2014. Ely Emerson explica que isso foi feito porque

o ACT do ano passado ainda não foi assinado.

Além disso, ele também frisou que o fato não do ACT 2012/2013 não ter sido assinado, não impede a assinatura do acordo deste ano.

Trabalhadores da Emater decidem entrar com dissídio

Decisão foi tomada depois que a Seplag não compareceu novamente à negociação

Os trabalhadores da Emater-Rio decidiram entrar com o dissídio para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013. A decisão foi tomada depois que a Secretaria de Estado e Planejamento de Gestão (Seplag)

não compareceu à mesa-redonda realizada nesta terça-feira (05), na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Niterói.

Não foi a primeira vez que a Seplag não comparece à uma mesa-redonda de negociação da

Emater-Rio. Os representantes da Secretaria também não estiveram presentes na reunião que seria realizada no dia 27 de novembro de 2012.

“Agora vamos levar para a Justiça”, afirma o diretor do Sen-

ge-RJ, Jorge Antônio da Silva, que vem acompanhando a situação dos trabalhadores da Emater-Rio. “Essa era a última tentativa de entrar em um acordo, de tentar uma negociação, mas não tivemos posição do governo.”

Juíza constata participação de diretores da CET-Rio em assembleia de trabalhadores

Secretário Municipal de Transportes e gerentes da empresa participaram da reunião

Em audiência realizada na Delegacia Regional do Trabalho, ficou constatado que a direção da CET-Rio esteve na assembleia de trabalhadores do dia 16 de agosto, no Senge-RJ. Na ocasião, a juíza Rosângela Krauss ouviu a testemunha dos trabalhadores, que afirmou ter se sentido constrangida com a presença da chefia durante a assembleia.

A assembleia que deveria ser apenas de trabalhadores para discutir o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), teve a presença da gerente de Recursos Humanos, do advogado da empresa e do secretário municipal de Transportes na época, Alexandre Sansão.

Na proposta apresentada na época, a CET-Rio colocou uma cláusula afirmando que iria implementar o PCCS a partir de setembro, “zerando eventuais avaliações anteriores”. Durante a assembleia, o diretor de negociações coletivas do Senge-RJ, Gunter de Moura Angelkorte, afirmou que o sindicato não poderia assinar essa cláusula porque ela representa “renúncia de direitos”, ou seja, eliminaria algo que os trabalhadores já haviam conquistado anteriormente.

“Tem uma palavra na língua portuguesa que representa isso que está acontecendo aqui: chantagem. E isso é o mais profundo desrespeito ao trabalhador. Não é dessa forma que a gente vive em um estado de direito pleno”, afirmou o diretor, na época.

CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS

A advogada do Senge-RJ, Daniele Gabrich Gueiros, afirmou que a

empresa está propondo o mínimo e que “pode haver consequências negativas para as ações individuais” caso o sindicato assine esse acordo.

Além disso, Daniele também disse estranhar que a empresa tenha colocado a questão do PCCS em pauta neste momento. A advogada lembrou que a Justiça aceitou o pedido de correção dos salários do PCCS da CET-Rio. A empresa recorreu da decisão.

“Tem uma palavra na língua portuguesa que representa isso que está acontecendo aqui: chantagem”

“Por que tem que colocar uma cláusula de renúncia? Por que não implementar daqui para frente? Nada garante que a empresa vai cumprir. Ela vem prometendo há anos. Não será a primeira vez que ela não vai cumprir algo que prometeu”, criticou Daniele. “A empresa já viu que o desfecho não será favorável para ela.”

ASSÉDIO MORAL

O Senge-RJ entrou com duas ações no Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a CET-Rio. O

sindicato acusa a empresa de atitude antissindical e danos morais.

Nos documentos enviados ao MPT, o Senge-RJ afirma que a presença de gerentes da empresa tinha o “claro intuito de pressionar os empregados a aprovarem a supracitada cláusula de renúncia pertinente ao PCCS, evidenciando assédio moral”.

Para a advogada do Senge-RJ, Daniele Gabrich Gueiros, a presença de representantes da empresa em uma assembleia que deveria ser apenas de trabalhadores mostra que é clara a violação do artigo 2, inciso 1, da Convenção número 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na qual o Brasil é signatário.

Essa convenção estabelece os princípios do direito de organização e de negociação coletiva. O artigo 2 prevê que as “organizações de trabalhadores e de empregadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos de ingerência de umas em outras, quer diretamente, quer por meio de seus agentes ou membros, em formação, funcionamento e administração.”

“Os prejuízos para a categoria de trabalhadores, com as pressões exercidas pela empresa, são evidentes, porquanto é claro o intuito de enfraquecer o movimento e a organização obreira, inibir sua atuação independente e reivindicadora de tratamento digno e melhores condições de trabalho. A CET-Rio não vem observando a boa-fé nas negociações coletivas”, afirmou a advogada, no documento enviado ao MPT.

Engenheiros ainda não receberam o PCCS

Os representantes sindicais do Senge-RJ na CET-Rio, Ely Emerson e Vera Bacelar, contam que os engenheiros foram os únicos funcionários da empresa que não receberam o reajuste relativo ao PCCS. Eles criticam

a atitude da empresa, afirmando que não existe nenhum documento que exclua os engenheiros do Plano.

“O PCCS existe desde 2001 e nunca havia sido implementado até agora. Ele não deveria nem ter sido coloca-

do como pauta de ACT. Mesmo que nós não tivéssemos recebido o reajuste anual relativo à inflação, que viria com a assinatura do ACT, nós devíamos ter recebido o PCCS, como todos os outros empregados”, critica Vera.

Senge-RJ entra com ação contra a Nuclep

O Senge-RJ entrou com uma ação contra a Nuclep referente ao cálculo das horas extras. Segundo a advogada do Senge-RJ, Daniele Gabrich, o sindicato reivindica que seja utilizado o “divisor 200” ao invés do divisor 220, para quem trabalha por 40 horas semanais.

Ainda segundo Daniele, o uso do “divisor 200” é determinado pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho desde longa data, em reiteradas decisões. Atualmente, existe Súmula aprovada pelo Tribunal consolidando este entendimento.

A súmula nº 431 do TST determina que “aplica-se o divisor 200 (duzentos) para o cálculo do valor do salário-hora do empregado sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho”.

art

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Senge-RJ critica os leilões do Pré-sal

Petróleo ▪ Para o diretor do Sindicato, Antonio Gerson, a descoberta desse petróleo deve incentivar o desenvolvimento da indústria e dos profissionais brasileiros

Com a descoberta do Pré-Sal, o Brasil passou a ocupar a quarta posição no *ranking* dos países que mais detêm petróleo, produzindo mais de 200 mil barris de petróleo por dia. “Esse pode ser o mais importante fator de desenvolvimento brasileiro nos próximos anos. Ele deve incentivar a nossa indústria e os nossos profissionais”, defende Antonio Gerson, diretor do Senge-RJ.

Por isso, Gerson critica os leilões do petróleo. Para ele, é importante manter essa riqueza no Brasil. “A Petrobras tem todas as condições de explorar o Pré-Sal da forma como interessa à nação, sem correr o risco de grandes acidentes e sem exploração predatória”, afirma ele.

“Vender o petróleo em leilão é um erro. Não temos que entregar para uma empresa estrangeira. Ele tem que ser explorado pelos brasileiros”, defende o geólogo e geofísico João Victor Campos.

João Victor conta que a tecnologia usada para exploração do pré-sal foi desenvolvida no Brasil. “Tudo foi desenvolvido no Brasil, por técnicos brasileiros da Petrobras, em parceria com instituições universitárias, como a COOPE da UFRJ” conta ele.

Descoberto em 2007, o petróleo na camada Pré-Sal está localizado a mais de 5.000 metros de profundidade e, por isso, exige uma tecnologia muito diferente da que é usada em outros campos. Normalmente, o petróleo está localizado a 1.800 metros.

“É uma tecnologia muito nova e que ainda está em desenvolvimen-

to”, conta o engenheiro da Petrobras Diomedes Cesário. “Quanto mais profundo está o petróleo, maior é a dificuldade para explorá-lo. A tecnologia era muito limitada no começo. Está sendo mais um desafio tecnológico para a engenharia brasileira”, afirma ele.

DIFICULDADES

O engenheiro Diomedes Cesário destaca também o grau de dificuldade para produzir petróleo na camada pré-sal. Ele explica que, além da profundidade ser maior, o tipo de solo também tem características específicas que causam problemas durante a exploração.

“Não tem uma rocha para ser perfurada. O solo é formado por sal que é gelatinoso. Quando ocorre a perfuração, o solo fica se fechando. Além disso, a plataforma tem que ficar parada, não ser afetada pelas ondas, pela maré e pelos ventos. Já dá para imaginar o grau de dificuldade de engenharia para extrair isso”, brinca Diomedes.

O engenheiro conta ainda que o primeiro poço, explorado em 2007, demorou cerca de nove meses para ser perfurado. No processo, foram gastos mais de 300 bilhões de dólares.

“O segundo poço já levou praticamente um terço do tempo e custou um terço do preço. Atualmente, levamos uns 2 meses para perfurar um poço. A nossa tecnologia avançou bastante desde que começamos a trabalhar com o pré-sal”, conta ele.

“Esse pode ser o mais importante fator de desenvolvimento do Brasil nos próximos anos. Ele pode incentivar a indústria e os profissionais brasileiros.”

(Antonio Gerson)

“Está sendo mais um desafio tecnológico para a engenharia brasileira”

(Diomedes Cesário)

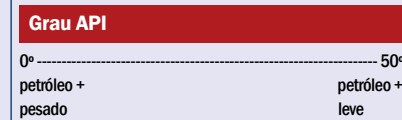


Pré-sal: petróleo mais “leve” e com mais qualidade

Segundo o geólogo João Victor, pode-se dizer que o petróleo na camada pré-sal tem mais qualidade. Ele explica que por estar localizado embaixo de uma camada de sal, ele está protegido das bactérias que causam degradação e o deixam mais “pesado”.

A American Petroleum Institute (API) estabelece uma escala para medir a densidade de substâncias como o petróleo, chamada de Grau API. A escala vai de zero a 50 graus. Quanto mais perto de 50, mais leve é o petróleo.

“O do Pré-Sal tem de 28 a 34 graus. Já os outros têm entre 16 e



18 graus. E quanto mais leve, mais gasolina ele é capaz de produzir, por ser mais fácil de refinar”, conta João Victor.

“O nosso Pré-Sal é único no mundo”, completa ele. “Em outros lugares, como o Golfo do México, o petróleo está entre duas camadas de sal. O brasileiro está em baixo de uma única camada de 2.000 metros de sal, que gera uma proteção maior”, explica ele.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912313246/2012/DR/RJ
SENGE/RJ

---CORREIOS---

